

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL**

Líbera Raquel Dalmolin De Mello

**CONHECER MAIS ESPECIFICAMENTE COMO OCORRE A MODALIDADE  
DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PATO BRANCO.**

**PATO BRANCO**

**2014**

**CONHECER MAIS ESPECIFICAMENTE COMO OCORRE A MODALIDADE  
DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PATO BRANCO.**

Trabalho ou monografia apresentado  
(a) como requisito parcial para  
obtenção da certificação do curso de  
Especialização em Educação do  
Campo, Setor Litoral da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Marcos Aurelio  
Zanlorenzi.

## CONHECER MAIS ESPECIFICAMENTE COMO OCORRE A MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PATO BRANCO.

Líbera Raquel Dalmolin De Mello<sup>1</sup>.

Marcos Aurelio Zanlorenzi<sup>2</sup>.

**RESUMO:** Neste artigo objetiva-se esclarecer e conhecer a trajetória histórica da Educação do Campo, a qual tem muitos pontos a serem considerados e analisados em seu decorrer, bem como de que forma esta tem sido encarada e desenvolvida na atualidade e na nossa realidade. Isto se dará através dos estudos e análises de como está sendo praticado o ensino na modalidade de Educação do Campo em Pato Branco, no Paraná. Também será investigado se as Diretrizes Curriculares estão de acordo com o que acontece na prática no cotidiano escolar, dentro da instituição de ensino a ser acompanhada. Para tanto será exposto o que as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Paraná nos trazem como parâmetros a serem tomados como base no desenvolvimento das ações nesta área de ensino, sendo ser necessário ainda saber se elas vêm ao encontro de suprir as necessidades apontadas pelas escolas. Como não é possível deixar de considerar o que nos falam os sujeitos inseridos na Educação do Campo, também será realizada a análise dessas falas juntamente com as colocações dos estudiosos sobre o assunto. Enfim, por meio das respostas dos colaboradores e, da análise das mesmas, com base nas diretrizes e outros documentos que norteiam a nossa educação, mais especificamente a Educação do Campo, teremos material suficiente para embasar as colocações e obter as respostas buscadas com a construção deste artigo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Diretrizes, Realidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Atualmente é possível perceber que a Educação do Campo, representa uma parte significativa da sociedade, o campo. Trata-se de uma modalidade de ensino na qual se mesclam valores, atitudes, conhecimentos e práticas que comprovam seu pertencimento à terra. Nesse sentido, essa modalidade tem ainda o objetivo de valorizar e propiciar, o reencontro da identidade dos sujeitos no que tange a luta e em prol de uma educação de qualidade enquanto direito social, uma vez que esta possibilita a reflexão na práxis da vida e da

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Especialização em Educação do Campo, pela UFPR.

<sup>2</sup> Educador Mediador – UFPR Litoral.

organização social do campo. Simultaneamente oferece também a possibilidade de reflexão das formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e conhecimento, visto que se trata de um espaço rico e diverso que é, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura.

Nesse sentido, foi necessário trilhar um caminho no qual fossem superadas as perspectivas de meramente oportunizar aos educandos e comunidade uma educação de qualidade, avançando para uma perspectiva que respeite e reconheça os seus modos de vida, vencendo o preconceito que a rondam. Ou seja, as políticas públicas nacionais direcionadas a essa modalidade de ensino precisariam ser mais específicas, abrangendo uma dimensão sócio-política da realidade, incluindo ações estratégicas condizentes com o tempo presente, em parceria com os movimentos sociais voltados ao campo. Isto porque, na atualidade, com as práticas observadas em alguns âmbitos, fica destacado que esta modalidade de ensino ainda não tem atendido satisfatoriamente as necessidades e expectativas da população que vive no campo.

Por meio de análises da realidade e estudos, percebemos que embora as leis tenham sido criadas para atender a educação dos povos do campo, elas não têm dado conta de atender a real necessidade da população camponesa que se encontra, aparentemente, em condições precárias e praticamente abandonada a sua própria sorte. A partir de tais constatações fica evidente a necessidade de desenvolver um esforço de redirecionar o foco de trabalho, considerando as múltiplas práticas educativas disponibilizadas.

Como Fonseca e Santos (?) destacam, a legislação brasileira voltada à Educação do Campo, durante muito tempo foi encarada e tratada como educação rural, mas, com o decorrer dos tempos passou a ser encarada como um espaço de inter-relações entre os seres humanos e as práticas nas quais atuam no processo de criação das condições relativas à existência social humana. Isso nos leva a perceber a necessidade de promover uma educação que seja do e no campo e não apenas para ele, de acordo com o previsto nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no Campo. Assim, a mesma deverá estar pautada por uma nova orientação, com enfoque para a organização escolar e sua vinculação com as identidades culturais e os tempos e espaços do modo de vida do campo. Além disso, deve discutir a

possibilidade de uma política envolvendo as questões de desenvolvimento social do campo abrangendo comunicação, estradas, saúde, cultura, assistência técnica, transporte e lazer.

Nessa perspectiva é importante que sejamos capazes de analisar a sociedade brasileira considerando a diversidade que esta apresenta, para isso é de suma importância que sejam considerados os fatos historicamente apresentados pela mesma, e compreender a relação que se instituiu ao longo dos anos entre o campo e a cidade.

Assim, a partir dessa orientação embasada em debates, estudos e manifestações, fica evidente que a luta dos movimentos sociais assume um direcionamento voltado para organização escolar e seus vínculos com distintas identidades culturais, tempos e espaços do modo de vida do campo.

Considerando que a educação rural e a Educação do Campo são distintas e portadoras de suas especificidades, é necessário termos clareza de que é a partir da renovação pedagógica da primeira, que foi constituída a segunda.

Quanto a isso destacamos as colocações de Leite ao citar que:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos". Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 1999, p. 14).

No contexto geral, fica destacado que o campo era encarado com grande descaso e, apresentava-se como um terreno de lutas e debates, os quais representam uma base para reflexões sociais. Daí a importância de que o Estado passasse a reconhecer e conseqüentemente legitimasse uma legislação específica para a educação da população do campo.

De acordo com a trajetória histórica levantada nos estudos realizados, a Educação do Campo surgiu efetivamente nos anos 90, com os movimentos sociais, que buscavam mobilizar a população deste meio para a reivindicação de políticas públicas voltadas à educação. Para alcançar este êxito foi trabalhado visando formar uma reflexão política e pedagógica que auxiliasse na divulgação e problematização de sua cultura e de seu modo de vida. Enfim, foi

um movimento ativo visando ressaltar a importância de propostas metodológicas alternativas, as quais pudessem criar uma escola de acordo com os parâmetros da educação para a libertação humana, que visa a valorização e o respeito pela luta dos povos do campo.

De acordo com Caldart (2004, p.14) esse período foi um momento importante no qual se concretizou o desejo e a ação mesma de luta pelo direito de estudar, no “[...] jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha **no e do**<sup>3</sup> campo”.

Atualmente o âmbito educacional adota como objetivo a emancipação e o desenvolvimento de competências voltadas ao exercício da cidadania e valorização da vida, oferecendo oportunidades de construção de uma sociedade com vida igualitária, livre e digna. No entanto, para efetivar tais conceitos, é imprescindível haver a participação dos movimentos sociais, lutando por políticas públicas que venham a concretizar ações de educação e formação de seus integrantes e interesses.

Parafraseando Frigoto (2010), a escola trilha seu caminho buscando fazer com que as relações do saber produzido em diferentes práticas sociais e o próprio conhecimento científico, sejam apropriadas pelos educandos de forma eficaz, pois na Educação do Campo o foco educativo é ter o ser humano como participante de um projeto de educação emancipatória, que ocorre em diferentes espaços públicos, incluindo aí a escola. Assim, o autor destacou que a escola é um lugar de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades, cabendo a ela a atenção do Estado na formulação de políticas públicas educativas de modo a garanti-las em sua articulação com um projeto de campo.

Salienta-se que foi a partir do momento em que se incorporaram na categoria do campo os ribeirinhos, ilhéus, assentados, sitiantes, comunidades negras, rurais, quilombolas, as etnias indígenas, é que ocorreu uma nova valorização da população do campo, de seus conceitos e, conseqüentemente, uma recriação de sua história, se considerada a diversidade sociocultural que nela atua.

No entanto destacamos as colocações de Caldart ao citar que:

---

<sup>3</sup> Grifos do autor.

Toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além, de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. (CALDART; 2002: p.28).

Porém, está evidente nestas colocações que os documentos pontuam apenas em partes os desejos dos povos do campo, uma vez que não consideram suas histórias, seus sonhos, seus desejos, seus limites e possibilidades. Ou seja, esses documentos não têm acompanhado as especificidades regionais, geográficas e históricas do campo, e a necessária formação que atenda às suas demandas.

Percebe-se, então, a necessidade da união de todos os interessados, em prol de discutir idéias e interesses, bem como de lutar por políticas públicas voltadas à promoção da Educação do Campo, pois trata-se de algo imprescindível a esta população que busca efetivar a sua organização social, em especial dos direitos que lhes permitam viver no campo e participar dos contextos sociais nacionais aos quais têm direito.

Assim, fica claro que através da trajetória desta modalidade de ensino é possível pensarmos na emancipação, no desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania e na valorização da vida, de uma sociedade onde o desenvolvimento signifique o acesso à educação, para os sujeitos que foram socialmente excluídos.

## **2. O QUE DIZEM AS DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DO PARANÁ?**

No que se refere aos documentos que representam o aparato oficial para que esta modalidade de ensino seja efetivada, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo são imprescindíveis, uma vez que determinam estratégias que buscam nortear o trabalho do professor e garantir que os alunos da rede pública de ensino se apropriem do conhecimento, sem esquecer-se da formação de professores, que objetiva ter reflexos diretos na

produção de saberes, ampliando possibilidades para o desenvolvimento de processos formativos, sejam novos ou em andamento.

São essas diretrizes que possibilitam a ligação entre a teoria, a prática de ensino e os processos formativos que oportunizam uma formação interdisciplinar dos envolvidos neste processo. Em suma, com estas bases a Educação do Campo tem a responsabilidade de atender as necessidades e expectativas da população do campo e suas especificidades.

Portanto relembramos que, mesmo presente na trajetória histórica das Constituições do Brasil, a educação que deveria expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo, foi desenvolvida restritamente com o objetivo de proteção e assistência ao camponês, até ocorrer a aprovação da Constituição de 1988, destacando a educação como um direito de todos.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, como está claro ao se referir à educação das pessoas que vivem na área rural, em seu artigo 28 que diz:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente quando diz respeito a:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Contudo, apesar disso, o que tem acontecido é uma supervalorização da educação escolar em detrimento de outras formas de aprendizagem e educação que ocorrem fora da escola regular, desenvolvidas nas realidades camponesas. Por isso, acredita-se que as políticas públicas têm que demonstrar a ação real do Estado no que se refere aos interesses e reivindicações dos sujeitos sociais, criar e garantir em seu processo, a transparência, o acesso e a participação de todos.

Nessa perspectiva, não é aceitável que ainda seja confundida Educação do Campo e educação rural, até mesmo porque está destacada nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo que:



É importante fazer uma distinção dos termos “rural” e “campo”. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas. (2006, p. 24).

No entanto, ao fazer alusão ao termo “campo” é necessário que se entenda que trata-se muito mais do que uma simples substituição politicamente correta do termo “rural”. Trata-se, efetivamente, de um conceito de conotação política que tem por objetivo considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização geográfica. É por isso que uma educação voltada a esses sujeitos não pode ser fundada em um currículo com as mesmas bases da educação urbana, na medida em que não é condizente com as necessidades e realidade do campo.

Nesse sentido que nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo fica destacado que:

No âmbito da educação do campo, objetiva-se que o estudo tenha a investigação como ponto de partida para a seleção e desenvolvimento dos conteúdos escolares, de forma que valorize singularidades regionais e localize características nacionais, tanto em termos das identidades sociais e políticas dos povos do campo quanto em valorização da cultura de diferentes lugares do país. (2006, p. 31).

Nesse aspecto, cabe à escola, enquanto instituição sistematizadora do saber, promover a organização das atividades favorecendo uma leitura da realidade que leve em consideração as relações discutidas pelo trabalho no campo, como produção material e cultural da existência humana. Trata-se de um desafio que busca a construção de conhecimentos que promovam novas relações de trabalho e de vida para os povos do campo, por meio de uma proposta de Educação Básica que efetivamente assuma a identidade do campo em um contexto específico voltado ao seu desenvolvimento.

Para tanto, não se pode esquecer de que a escola deve estar inserida em seu meio natural, como fica claro nas Diretrizes ao afirmar que:

Da mesma forma, a escola não pode reduzir o processo pedagógico às discussões da realidade camponesa, desconsiderando a

interdependência camocidade. A grande maioria das sedes dos municípios em que se encontram essas escolas possui características do campo, na produção, no trabalho, na diversão, no modo de vida. Essa forma própria de existência produz saberes que foram acumulados ao longo das experiências vividas pelos sujeitos do campo. Destaca-se a importância de a escola localizar-se no campo, para que seja reforçado o debate da educação do campo. Mesmo havendo necessidade de nuclearização, é importante que esta seja efetivada no próprio campo. A escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo espaço de convívio social, onde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias como bazar, vacinação etc., que vivificam as relações sociais na comunidade, potencializam-lhe a permanente construção de uma identidade cultural e, em especial, a elaboração de novos conhecimentos. Fixada no campo, evita o desgaste provocado pelas grandes distâncias e pelo transporte de baixa qualidade. (2006, p. 34).

Ou seja, esta modalidade de ensino, não deverá ser realizada fora do seu ambiente porque ele é um dos principais elementos que possibilitam a realização de um trabalho voltado à valorização dos saberes e à cultura do campo, historicamente acumulados, respeitando as diferenças e a realidade em que os sujeitos estão inseridos oportunizando a aquisição de novos saberes e relações de trabalho, de vida e de sociedade.

Porém, para que esta proposta pedagógica seja colocada em prática se faz necessário que ocorra uma mudança ou mesmo uma adequação nas propostas adotadas pelas escolas. Assim vale salientar as colocações das Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo onde dizem que:

Encaminhamentos metodológicos são alternativas do processo de apropriação e construção de conhecimentos gerais, pedagógicos e de cada área. Referem-se à valorização do ser humano que está diretamente no ambiente da sala de aula; à valorização dos saberes da experiência; a uma educação que supere a dimensão apenas enciclopédica e valorize a prática social dos envolvidos no ato pedagógico. (2006, p. 35).

Por isso é tão importante a formação do professor. Não apenas no que se refere ao conteúdo e a novas metodologias, mas principalmente uma formação voltada para uma nova postura profissional disposta a discutir os aspectos da vida cotidiana e os pontos essenciais à educação que irá desenvolver. Para tanto, é de suma importância haver clareza quanto a concepção de Educação do Campo que se busca.

Como citado no II Caderno Temático da Educação do Campo:

Para concluir e reafirmar uma nova postura frente a ação pedagógica que requer pesquisa, observação, experimentação, sistematização e estudos, implica em um comprometimento reflexivo, dialógico, portanto, com outro(s). Ao entender que as práticas, ao serem difundidas poderão gerar outras referências num processo dinâmico, permitindo o surgimento de novas práticas, assume-se uma postura dialética capaz de gerar um movimento criador e re-criador, o que implica aproximar a relação teoria-prática, própria do movimento dialético. (2009, p. 112).

Desta maneira reforçamos o papel do professor neste processo, pois é o responsável por criar a possibilidade de romper com o que está estagnado, propiciando o movimento dos saberes, conhecimentos, métodos, tempos e espaços, sujeitos e diálogos.

Ao mesmo tempo é de suma importância verificar, constantemente, se o currículo escolar utilizado oferece conhecimentos que valorizem os aspectos do desenvolvimento, trabalho, cultura e tecnologias, para que o professor faça com que seu aluno se sinta desafiado a relacionar conhecimento científico e sua prática social.

O professor, portanto, deve ser um mediador entre a comunidade, o educando, e a construção do conhecimento na escola, porque a partir de suas mediações poderá se efetivar o concreto, com uma relação entre a escola, a comunidade e as organizações, que se mobilizam em torno de um objetivo comum e significativo a todos.

### **3. O QUE DIZEM OS SUJEITOS DA ESCOLA?**

Após o estudo dos variados documentos, artigos e apontamentos o momento é de partir para a análise da realidade. Para isso passamos a observar mais detalhadamente os aspectos da realidade local, ao problematizar os conteúdos das disciplinas de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná e das DCE's da Educação do Campo.

#### **3.1 Metodologia utilizada.**

Nesta etapa foi visitada e acompanhada a realidade da instituição de ensino “Casa Familiar Rural de Pato Branco”, por ser aqui, a única escola que

oferta aos interessados, de nossa cidade e das redondezas, a modalidade de Educação do Campo.

O procedimento adotado utilizou pesquisa e levantamento de dados com o diretor, três professores e quatro alunos da escola, os quais foram convidados a responder questionários sobre o cotidiano e a realidade encontrada e vivenciada por eles na escola.

Essa pesquisa tem objetivos de diagnóstico, obtenção de dados e se constitui num espaço pedagógico de conhecimento da realidade, permitindo, assim, repensar as fronteiras entre pesquisa e extensão e torná-las fluidas.

Assim, o questionário destinado ao diretor e aos professores abrangeu os seguintes questionamentos:

1. Em que local – instituição – você atua? E, em qual função?
2. Por que optou em atuar na Educação do Campo? E, há quanto tempo o faz?
3. Você conhece as diretrizes curriculares estaduais para a educação do campo? ( ) SIM ( ) NÃO. Se sim, como tomou conhecimento (formação inicial, formação continuada, iniciativa própria, etc.)?
4. Como você “vê” esta modalidade de ensino atualmente?
5. A realidade desta instituição esta de acordo com o determinado pelas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo?
6. Em sua opinião, qual a significância (importância, benefícios) da Educação do Campo para a sociedade?
7. Você acha que os conteúdos e metodologias adotados são condizentes com a necessidade encontrada no cotidiano escolar? Por quê?
8. São necessárias mudanças? Quais?
9. Em sua opinião, as políticas públicas voltadas a esta modalidade de ensino, deveriam ser modificadas? Em qual sentido?

Enquanto o questionário destinado aos alunos abrangeu as questões:

1. Em que local – instituição – você estuda?
2. Em qual nível?
3. Por que optou em estudar nesta Instituição?

4. Com que objetivo?
5. Você acha que o atendimento que esta instituição fornece aos alunos está de acordo com o que os mesmos esperam, que irá contribuir de alguma forma em sua formação?
6. Em sua opinião, qual a significância (importância, benefícios) da Educação do Campo para a sociedade?
7. Você acha que os conteúdos e metodologias adotados pelos professores (escola) são condizentes com a necessidade? Por quê
8. São necessárias mudanças? Quais?
9. Em sua opinião, o que precisa ser feito com mais urgência? Em qual sentido?

Dando seqüência ao trabalho, foi realizada a entrega dos questionários e apresentação dos mesmos aos entrevistados, bem como do trabalho em andamento.

Após o retorno à instituição para recolher os questionários foi feita nova visita à escola para sanar possíveis dúvidas quanto às respostas cedidas pelos voluntários que responderam os mesmos.

Depois disso passou-se à etapa de análise das respostas e comparação com as determinações das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo visando verificar se as mesmas estão de acordo com a prática e, também, se os entrevistados analisam a eficácia da prática de ensino em que se encontram inseridos.

### **3.2 Vozes da Escola: Uma tentativa de análise.**

De acordo com o pretendido, inicialmente creio ser interessante citar que o espaço escolar encontrado na instituição visitada, a Casa Familiar Rural de Pato Branco, não é apenas um espaço constituído por salas de aula. Há também que se dizer que cada espaço tem o objetivo de fazer a diferença na relação ensino e aprendizagem e na relação educandos-professores-escola. Nessa perspectiva passamos a descrever as colocações dos entrevistados, as quais são baseadas em suas experiências, e que servem aqui como uma referência desse diálogo entre a escola e seus sujeitos. Será a partir dessas,

que se tentou explicar como ocorre a Educação do Campo, nessa escola pública.

No que se refere às entrevistas com o diretor e com as professoras da Casa Familiar Rural de Pato Branco, foram relatados aspectos de destaque nas suas colocações. O coordenador cita que há um longo tempo está atuando nesta modalidade de ensino e chama a atenção que trabalhar com a Educação do Campo *“não foi uma escolha, mas sim uma oportunidade de trabalho”*. Já os professores trabalham há um tempo razoável nesta modalidade de ensino.

No que se refere à formação os entrevistados não dizem ter graduação/ou/especialização específica na área. O coordenador diz que a partir do momento em que adentrou nesta área, passou, por *“iniciativa própria”*, a buscar conhecimentos sobre a área na qual esta inserida. Mas, no Estado do Paraná, a Unioeste e a UFPR, por exemplo, ofertam cursos de formação continuada voltados à Educação do Campo, visando a formação de professores para essa modalidade de ensino.

Quanto ao conhecimento em torno das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação do Campo, todos afirmam ter conhecimento das mesmas através de estudos realizados em momentos específicos, como a *“Semana Pedagógica”* proporcionada pelo Núcleo Regional de Educação do Paraná, bem como pela realização de leituras esporádicas, visando enriquecer suas práticas. Sendo que, em relação à formação adequada que deveria ser oportunizada aos profissionais da educação, a mesma está prevista nas Diretrizes Curriculares da Educação Nacional, contudo, na prática, ainda podemos observar a falta dessa formação específica.

Em relação a como vêem esta modalidade de ensino, são unânimes ao afirmar que se trata de uma modalidade importante. Já, ao se referir à realidade da instituição e se a mesma está de acordo com o determinado pelas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, todos os colaboradores citam que *“ali é realizado todo um trabalho baseado nas diretrizes da Pedagogia da Alternância”*, mas o que deixam evidente em outra colocação é que *“A SEED-PR e NREs acompanham de perto e de forma permanente cada escola ou instituição de ensino estadual. Dessa forma, e também com a participação da comunidade escolar, as orientações (não determinações) das Diretrizes não se*

*perdem no trabalho pedagógico*”. Em se tratando da Pedagogia da Alternância vale ressaltar que a mesma:

[...] possibilita um diálogo que é fundamental para a formação do ser humano – o diálogo entre o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o universal e o específico, enfim uma escola que, enraizada na cultura do campo, contribui para a melhoria nas condições de vida e de trabalho dos agricultores(as), e principalmente numa formação humana e criativa da pessoa. (SILVA, 2007, p. 58).

Nesta perspectiva, com esta prática adotada percebemos que a educação voltada ao campo exige o conhecimento das necessidades dos envolvidos nesse processo, ou seja, deve considerar os aspectos de um modo peculiar de vida social. Então, por meio dessa proposta se leva em conta a vida cotidiana do aluno e dos variados espaços educativos que oferecem a interação entre a escola, a família e a comunidade, por meio de diversas formas de mobilização e organização. Sendo que os instrumentos dessa possibilitam às escolas realizar a educação seja ela sistematizada ou informal, permitindo a participação do jovem nos diversos aspectos da sua formação sob um ponto de vista ético, político, pedagógico, social e didático.

Importante destacar que nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006) fica claro que a organização dos saberes escolares podem seguir diferentes encaminhamentos metodológicos, desde que haja clareza de qual é a concepção de Educação do Campo que se quer desenvolver, pois é essencial aos sujeitos do campo que os estudos, debates e proposições tenham continuidade na e pela comunidade.

Em relação ao significado da Educação do Campo para a sociedade, os entrevistados afirmam que é uma modalidade de ensino bastante significativa não apenas para os povos do campo, como para toda a sociedade. E suas colocações vêm ao encontro das Diretrizes da Educação do Campo quando afirma:

A valorização do campo nas propostas educacionais depende de cada um de nós. E os **nós** do campo são desvelados na pesquisa como fundamento da prática pedagógica. Os **nós** do campo podem ser desvelados na gestão democrática da escola e da educação pública. Os **nós** da escola pública podem ser compreendidos mediante a atitude coletiva de indagação sobre a trajetória da institucionalização dos tempos escolares e da escola como lugar de aquisição de conhecimentos. (2006, p. 50 – 51).

Nesse ponto percebe-se que a prática educativa da Casa Familiar Rural está de acordo com o que demanda a lei, pois os profissionais têm conhecimento de sua importância para o desenvolvimento da sociedade. E com a oferta de um ensino de qualidade, também há a certeza de que os alunos necessitam de alternativas que os façam se identificar com sua realidade e capazes de produzir história no reconhecimento dessa identidade.

Ao responderem sobre a adequação dos conteúdos e metodologias com as necessidades encontradas no cotidiano escolar, os colaboradores são afirmativamente unânimes, por exemplo, como quando um dos entrevistados cita que *“Mais do que estar de acordo com o cotidiano escolar, os conteúdos estão adequados com a realidade pessoal, profissional e técnica. Pois os jovens estudam a teoria e têm a possibilidade de aplicar na prática os conteúdos que são relacionados com suas vidas”*. Desta maneira percebemos que os profissionais utilizam práticas diversificadas que são voltadas à formação dos alunos, com o objetivo de suprir as necessidades de vida de cada um. Isto vem ao encontro das diretrizes, uma vez que estas determinam:

Pensar em formas alternativas de como encaminhar as práticas pedagógicas já existentes nas escolas do campo também é uma forma de rever e prever novas possibilidades educacionais. [...] O diálogo e o encontro com o outro na escola, na comunidade são centrais na elaboração de uma prática interdisciplinar. (2006, p. 48).

Assim percebemos que as atividades propostas devem visar a formação humana e profissional dos educandos, para sejam aptos a atuar em seu meio de forma eficaz trazendo benefícios à sociedade num todo.

Ao responderem sobre as mudanças necessárias, os colaboradores são diretos e dizem que não são necessárias grandes mudanças, mas que sempre pode-se melhorar, em especial no sentido de um maior aproveitamento dos educandos, na busca de uma maior integração entre a escola e a comunidade. Também foi possível perceber que, no caso dessa escola, foram realizados vários investimentos ao longo dos anos. No entanto, sempre há o que pode ser melhorado. Para enfatizar tais colocações, observemos o que diz nos Cadernos Temáticos: Educação do Campo do Paraná:

Para que a oferta da educação básica, finalmente, seja garantida aos povos do campo, o **regime de colaboração** previsto em nossa



Constituição precisa funcionar. No sistema federativo, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios assumem a responsabilidade na divisão dos encargos, no estabelecimento de normas e no planejamento da educação, como entes autônomos, sem subordinação ou hierarquia, avançando numa prática política educacional cooperativa e co-responsável. (2008, p. 59).

Por isso, para que haja a efetivação da proposta pedagógica, cabe aos órgãos responsáveis, como a Secretaria de Estado de Educação e a União, efetivarem suas responsabilidades, a partir da observação das necessidades e possibilidades de infraestrutura necessárias à Educação do Campo.

Quanto às políticas públicas voltadas a esta modalidade de ensino, foi perguntado se os entrevistados acham que as mesmas precisam ser modificadas e, em qual sentido. Os colaboradores disseram que têm conhecimento das mesmas e que, apesar de serem boas, estas também poderiam ser ampliadas de forma a promover melhorias por meio de novas políticas de incentivos, tanto para os profissionais, quanto aos jovens que terão mais interesse na área. Com isso percebemos que os colaboradores não apresentam reclamações, mas, deixam claro que é de fundamental importância o investimento constante nesta modalidade de ensino, abrangendo infraestrutura, profissionais, alunos e afins.

Dessa forma, ressaltamos as colocações de KOLLING; NERY, MOLINA quando colocam que, é preciso, por meio dos movimentos sociais construir uma:

Proposta de educação básica que assuma, de fato, a identidade do meio rural, não só como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo. (1999, p. 74).

Assim, por ainda ser um tanto quanto restrita a modalidade de ensino da Educação do Campo, faz-se necessário que sejam feitos constantes investimentos, não apenas financeiros, mas principalmente de formação de pessoal, de divulgação e do próprio incentivo a todos os envolvidos.

Portanto, a partir da realização desta pesquisa com o diretor e com os professores, podemos constatar que grande parte do que está determinado nas Diretrizes e Bases da Educação do Campo do Paraná tem sido colocada em prática nesta instituição de ensino. Porém é constante o desafio de se colocar

em prática a Educação do Campo, aproximando e colocando em diálogo a cultura escolar com a cultura campesina construindo, assim, um processo educacional vinculado a um projeto de desenvolvimento multidimensional, contemplando a construção do ser humano, como um ser construtor de história, de cultura e de vida com dignidade.

Os alunos entrevistados na Casa Familiar Rural de Pato Branco tinham idades em torno de 14 e 18 anos e cursando entre o 1º e o 3º ano do Ensino Médio, sendo que todos se mostraram felizes em estar inseridos naquele ambiente.

Em relação à primeira questão, a mesma foi direcionada com o objetivo de verificar se todos estudam de fato ali na escola. Vindo ao encontro das colocações de CALDART, quando enfatiza que:

Trata-se de uma educação que deve ser **no e do** campo - *No*, porque [...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [*Do*, pois] “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26 apud DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: 2006, p. 31).

Destaca-se com isso a importância de se valorizar a produção cultural do campo, a qual deve estar também presente na escola para que, assim, os conhecimentos populares sejam não apenas considerados, mas incorporados curricularmente, constituindo-se como ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo.

Quando foi perguntado por que cada um optou em estudar nessa instituição, os entrevistados citaram que, primeiramente é para aprender e, depois, poder aplicar os conhecimentos adquiridos nas propriedades das famílias. Então, com estas colocações vemos que a definição de escola do campo tem sentido somente quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo. Essa definição está referendada nas determinações do Ministério da Educação e Cultura quando diz que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de

projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37).

Assim o ensino desenvolvido na escola do campo deve corresponder à necessidade da formação integral dos alunos, o que tem acontecido, como é possível verificar a partir das colocações dos entrevistados.

Em relação ao questionamento em torno do atendimento que recebem, os alunos colocam que o mesmo oferece muitas contribuições à sua formação, com professores que dedicam bastante tempo para eles. Quanto aos conteúdos e metodologias adotados pelos professores, perguntou-se se esses são condizentes com as necessidades dos alunos. Os colaboradores responderam que são condizentes com suas necessidades, e cada professor ensina de uma forma que os deixa bem interessados.

No que se refere às mudanças necessárias disseram que não há necessidade de mudanças no momento. Para finalizar, questionou-se se os mesmos conhecem as políticas públicas voltadas a esta modalidade do ensino e se seriam necessárias modificações nestas. As respostas obtidas foram de que conhecem, e que são boas, mas que em tudo sempre há coisas que podem ser ampliadas e melhoradas.

Cabe evidenciar as colocações presentes no artigo 7º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde está destacada que é de responsabilidade dos órgãos normativos dos sistemas de ensino vigentes, regulamentarem as estratégias específicas de atendimento escolar do campo, bem como flexibilizar a organização do calendário escolar, em seus espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, de acordo com os princípios da política de igualdade.

Com isso percebemos que, os trabalhos desenvolvidos nesta instituição são condizentes com o determinado pelas leis que regem a modalidade de ensino de Educação do Campo, permitindo a inserção da comunidade, para aproveitar o conhecimento e criar oportunidades para suas vidas e para a vida das famílias.

Desse modo, tem destaque que a escola esta possibilitando sua abertura à prática social do campo, assim como aos educandos interrogarem-se, situarem-se, produzirem leitura de mundo, dialogarem sobre si e seus projetos de vida, ampliando também a participação e a construção de

conhecimentos provenientes de uma prática concreta, a qual objetiva prepará-los para a vida.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

A partir dos estudos realizados até o presente momento e das análises da realidade encontrada, fica evidente que a partir da trajetória percorrida pela Educação do Campo, esta apresenta ao mesmo tempo conflitos, sonhos e utopias, mesmo no que se refere à definição de projetos e modelos sociais que ainda encontram-se em construção. Por isso a importância de políticas públicas que garantam uma educação pautada pela premissa de que todo ser humano é detentor de conhecimentos significativos.

Importante que todos se disponham a analisar a Educação do Campo a partir desta realidade, que inclui o aumento dos conflitos sociais em função da luta por condições de desenvolvimento de uma vida digna, que vise sanar o problema em torno da exclusão provocada pelo sistema capitalista que atinge a população camponesa e que tem estreita relação com os diferentes processos de luta social, desenvolvida pelos movimentos sociais e sindicais.

E, a partir do que verificamos nas entrevistas, fica explicitado que encontramos naquele espaço um local de muitas oportunidades e de vivências significativas, as quais certamente poderão fazer diferença na vida futura dos alunos e da sociedade.

Portanto é imprescindível destacar que em outro momento seria muito válido dar continuidade a este trabalho redirecionando o mesmo de forma a abranger um grupo maior de colaboradores e com práticas mais diversificadas no âmbito cotidiano da escola do campo, vindo assim a obter maiores conhecimentos, porém também oferecendo contribuições ao andamento escolar dos envolvidos nesta modalidade de ensino a qual se mostrou muito rico e engrandecedora.

#### **5. REFERÊNCIAS.**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação Do Campo", 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma**. In: MUNARIM, Antônio.

KOLLING, E. José, NERY, F. S. C., MOLLINA, M. C. (org.). **Por uma educação básica do campo**. São Paulo: Perez Gráfica e Editora, 1999.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referencia para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. coordenação: RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. S. – 2.ed. – Brasília; MEC, SECAD, 2005.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação/SEED. Curitiba, 2006.

PARANÁ. **Caderno Temático I da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação/SEED. Curitiba, 2008.

PARANÁ. **Caderno Temático II da Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação/SEED. Curitiba, 2009.

SANTOS, V. Ellen. **Artigo: Educação do Campo e Socioterritorialidade no Cerrado Norte Mineiro**. Disponível em <http://www.lecampo.com.br/artigotexto.html> acesso em 04/2/2014.

SANTOS, B. R. Artigo: **HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL / Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais**. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SILVA, Maria do Socorro. **A Formação Integral do Ser Humano: referência e desafio da Educação do Campo**. Revista Formação por Alternância. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, v.1, n. 5, ano 3, 2007 p. 45-61.